

Vivências e perfil de crianças e adolescentes em acolhimento

No que tange às vivências e ao perfil de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, percebemos uma preocupação dos autores pesquisados quanto ao perfil depreciativo historicamente construído e ainda atribuído a esse grupo populacional. Embora alguns artigos analisados apontem que os acolhidos se vinculam positivamente às unidades de acolhimento, desenvolvendo relações de afeto com profissionais envolvidos com essa medida de proteção (OLIVEIRA; PRÓCHNO, 2010), a maior parte dos estudos ainda trata essa população de maneira estigmatizada. Recomenda-se que os pesquisadores estabeleçam maior proximidade com esses sujeitos, se relacionando com eles despidos de preconceitos e idealizações, visando retratar com maior riqueza de detalhes a dinâmica de seus contextos sócio históricos e de suas famílias (AYRES ET AL., 2010).

Essa postura deve ser estendida também aos profissionais que atuam nas unidades de acolhimento, sua sensibilização e aproximação com a realidade vivida pelos acolhidos e suas famílias pode contribuir no processo de recuperação emocional e mitigar os efeitos do afastamento da família de origem, muitas vezes vivido como um luto (TINOCO; FRANCO, 2011). Entretanto, a despeito do sofrimento de muitos, há os que experimentam momentos felizes dentro das casas de acolhimento e conseguem criar planos e expectativas em relação ao futuro. Por isso, os espaços de institucionalização não devem produzir discursos que caracterizem as crianças e os adolescentes como “problemáticos”, “anormais” ou “irregulares” e devem permitir a coexistência de singularidades (MARIA; ARAGÃO, 2013). Independente dos motivos da institucionalização, as crianças experimentam conflitos em relação às unidades de acolhimento. Ao mesmo tempo que passam a acessar recursos materiais que antes não estavam ao seu alcance, elas sentem falta da família, de casa e dos amigos. Nesses casos, as instituições precisam desenvolver estratégias que possibilitem a reintegração social dos acolhidos (MASCARENHAS, DUPAS, 2001).

É possível reconhecer mudanças positivas no comportamento e na subjetividade das crianças e adolescentes a partir do investimento afetivo do acolhimento institucional, em especial do vínculo estabelecido com a equipe profissional. Para isso, educadores, cuidadores e técnicos devem estar qualificados e cientes de sua influência sobre os acolhidos, uma vez que podem atuar como alicerce para a construção de relações interpessoais saudáveis (MARTELLET; SIQUEIRA, 2014). Mesmo quando as trocas afetivas com os educadores são mais restritas e menos frequentes, as interações com pares são fundamentais para que as crianças possam lidar com as experiências próprias da institucionalização.

A busca por outras figuras de apego, após o afastamento de suas famílias, favorece a criação de laços significativos entre as crianças (KAPPLE; MENDES, 2019; ALEXANDRE; VIEIRA, 2004), mas para que isso seja possível é necessário estímulo e rotinas que favoreçam a variação de atividades, companhias e de ambientes por onde circulam os acolhidos. Esses elementos, que rompem com uma tendência histórica de padrões rígidos e repetitivos de atividades e de cuidado exclusivamente coletivo, podem favorecer o desenvolvimento positivo das crianças e adolescentes e das relações estabelecidas durante o acolhimento (HEUMANN; CAVALCANTE, 2018).

Nos abrigos, foram identificadas também tendências a comportamentos pró-sociais de cuidado, principalmente, nos adolescentes com menos tempo de institucionalização. As meninas demonstraram mais comportamentos pró-sociais do que os meninos, mas, de modo geral, os acolhidos revelam uma tendência à dificuldade de empatia e de partilha de objetos pessoais e de valor. É preciso investigar o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes para ampliar e aprofundar avaliações que subsidiem intervenções que possam incrementar comportamentos pró-sociais e proteger essa população (FERNANDES; MONTEIRO, 2017). A construção de relações positivas nos abrigos pode contribuir para que o acolhimento institucional se constitua como uma fonte de apoio e satisfação para os acolhidos, muito embora sua excepcionalidade e provisoriedade deva ser mantida no horizonte daqueles envolvidos com essa medida de proteção. Para isso, as ações que estimulam o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes devem estar aliadas ao fortalecimento de suas famílias e seus vínculos com elas, de forma que os efeitos de um período prolongado de institucionalização sejam reduzidos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010).

A situação socioeconômica das famílias dos acolhidos, marcada, de modo geral, por sinais da pobreza mais graves do que os encontrados na população infantil geral, aponta para a importância da adoção de medidas e políticas públicas capazes de enfrentar essa realidade, visando reduzir seu impacto no desenvolvimento humano e no número de crianças e adolescentes que passam anos de suas vidas em instituições socioassistenciais porque faltam ações de apoio aos pais para que eles exerçam adequadamente suas funções parentais (CAVALCANTE ET AL., 2014). No entanto, para que qualquer medida ou política pública seja implementada, monitorada e avaliada, recomenda-se que sejam realizados outros estudos sobre o tema, capazes de amparar essas ações com dados fidedignos e atualizados sobre as condições sociofamiliares e psicossociais das crianças e adolescentes em acolhimento institucional e de suas famílias. Esses estudos podem contribuir também para a conscientização sobre a medida de acolhimento que, para ser efetiva, precisa estar acompanhada de um conjunto de outras

políticas que fortaleçam a rede de apoio das famílias e a rede de proteção das crianças e dos adolescentes (CAVALCANTE; MAGALHÃES; REIS, 2014; FUKUDA; PENSO; SANTOS, 2009).

As unidades de acolhimento devem se articular com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes. Muitas dessas crianças enfrentam desafios que demandam respostas intersetoriais. Nesse caso, a relação com as escolas é de suma importância. Estudos apontam que as interações das crianças nas escolas são conflituosas e violentas, permeadas por preconceitos e exclusão. As escolas parecem fracassar na realização de seu papel de inclusão social. Por isso, é preciso estreitar as relações entre os profissionais de ambas as instituições e qualificar professores, técnicos, educadores e demais profissionais visando desconstruir estigmas. Abrigos e escolas devem ser parte da rede de apoio social e afetivo de crianças e adolescentes, constituindo-se como fatores de proteção (DELLAGLIO; HUTZ, 2004; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETI-FERREIRA, 2010; CARLOS ET AL., 2011).

Os jovens abrigados, em particular, necessitam de maior atenção no que tange sua exposição a situações potenciais de risco, que podem levar a manifestação de sintomas depressivos. Tendo em vista a ampla ocorrência de eventos estressores, esse grupo necessita de uma rede intersetorial de atendimento que considere seu bem-estar psicológico (WATHIER; DELL'AGLIO, 2007). Elementos como ter um tempo de acolhimento superior a 2 anos; histórico de acolhimento; não ter padrinhos; não possuir irmãos na instituição; e ser acolhido depois dos 7 anos de idade podem compor o perfil daqueles com sintomatologia depressiva (ÁLVARES; LOBATO, 2013). A forma como a sociedade percebe as crianças e adolescentes acolhidas também precisa ser analisada no que tange essa questão. O preconceito e a atribuição de características negativas a esse grupo podem afetar sua autoestima e prejudicar o fortalecimento e a articulação de uma rede de proteção. Embora as instituições de acolhimento possam representar um espaço de proteção capaz de oferecer, ainda que provisoriamente, condições para um desenvolvimento saudável (RODRIGUES ET AL., 2014), se fazem necessárias estratégias que estimulem a reflexão social sobre as imagens e estigmas vinculados a essa população, que deve ter seu direito à convivência familiar e comunitária assegurados. Para isso, é preciso assegurar visibilidade a esse grupo, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento (WENDT; DULLIUS; DELL'AGLIO, 2017).

Nesse sentido, um outro elemento que precisa ser considerado nas vivências das crianças, adolescentes e jovens em contextos de acolhimento institucional é a questão da participação infantil e juvenil, tema cuja importância para a prevenção das violações de direitos vem sendo cada vez mais constatada. Estudos relatam que as crianças não são de fato ouvidas pelos dirigentes das unidades de acolhimento. É fundamental que sejam pensadas políticas institucionais, mas também políticas públicas, que superem

perspectivas adultocêntricas (ORIONTE; SOUSA, 2005). Nesse sentido, a implementação de metodologias participativas torna-se uma estratégia privilegiada para que os profissionais acessem esse grupo e conheçam suas percepções acerca de aspectos importantes do acolhimento, mas também de seu modo de vida como um todo. As unidades de acolhimento institucional também podem (e devem) contribuir para que crianças e adolescentes conheçam seus direitos e os meios para sua efetivação (SANTANA; AVANZO, 2014).